

quinta-feira, 7 de outubro de 2021

Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Nº 4822 Pág 53

Publicação: quinta-feira, 7 de outubro de 2021

Disponibilização: quarta-feira, 6 de outubro de 2021

COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

Juizado Especial Adjunto de Aparecida do Taboado

Edital de leilão de bem imóvel

Primeiro pregão eletrônico para 15 de novembro de 2021

Segundo pregão eletrônico para 22 de novembro de 2021

André Ricardo, Juiz de Direito do Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e na forma do Art. 881 e seguintes do Código de Processo Civil, Resolução nº 236, de

13/07/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, do CSM/TJMS

Faz saber a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos nº 0801702-

70.2017.8.12.0024 - Ação de Cumprimento de sentença, onde figura(m) Loury Rezende Elias de Souza como parte autora e Nahyara Clara de Souza, Luiz Marques de Souza Clarice Bastos, Júlio Roberto de Moura e Silvana Aparecida Bastos

como parte requerida, todos ali devidamente qualificados, que por intermédio do portal www.canaldeleiloes.com, a leiloeira pública oficial nomeada, MILENA ROSA DI GIÁCOMO ADRI, devidamente inscrito na JUCEMS sob nº 039, levará a público

pregão de venda e arrematação na modalidade eletrônica, o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), em consonância com as condições de venda em frente aduzidas: - DO(S) PRIMEIRO E SEGUNDO PREGÃO: No primeiro pregão, com início no primeiro dia

subsequente ao da certidão de afixação do edital em local de ampla publicidade ou da sua publicação, às 15:00 horas (horário de Brasília), e com encerramento previsto para o dia 15 DE NOVEMBRO DE 2021, às 15:00 horas (horário de Brasília),

ocasião

em que o(s) bem(ns) efetivamente arrematado(s) será(ão) entregue(s) a quem mais der e melhor lance oferecer em valor igual

ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação no primeiro pregão, sem interrupção, um

segundo pregão será imediatamente aberto para lances com encerramento previsto para o dia 22 DE NOVEMBRO DE 2021, às

15:00 horas (horário de Brasília), ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão), entregue(s) a quem mais der e melhor lance oferecer não inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (Decisão de f. 269-271), e desde que atendidas todas as demais

regras legais e aquelas esculpidas neste edital. - DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS) - Termo/Auto de Penhora de f. 186. - BEM IMÓVEL: LOTE 01: - Imóvel urbano determinado como Lote nº 07-B da Quadra nº 06 (seis), localizado na Avenida 1º de Maio nº

181, lado ímpar, no Bairro São Francisco, na cidade de Santa Fé do Sul-SP, com as seguintes características: medindo 10,00 (dez) metros na frente e nos fundos, por 16,00 (dezesesseis) metros laterais, ou sejam uma área total de 160,00 m² (cento e

sessenta metros) metros quadrados, confrontando-se: pela frente com a Avenida 1º de Maio, ocupando a numeração 181, de um

lado com o lote nº 7-A; de outro lado com o lote nº 10 (dez) e finalmente, nos fundos, com o lote nº 06 (seis), todos da mesma quadra, distante aproximadamente a 25,00 (vinte e cinco metros) da Rua Nossa Senhora Aparecida e a 57,00 (cinquenta e

sete) metros da Rua São João, cadastrado sob nº 04898/01, na Prefeitura Municipal, e registrado no Serviço Registral Imobiliário da comarca de Santa Fé do Sul-SP, conforme MATRÍCULA Nº9.823. - BENFEITORIAS: - Possui área edificada em alvenaria, com

a área de 89,20 m² (oitenta e nove metros e vinte centímetros quadrados), distribuída em uma sala, uma cozinha, um banheiro

e dois quartos, todos de piso cerâmico e com teto forrado, coberta de telhas cerâmica, tendo, ainda, uma varanda e um quarto de despejo cobertos de telha de fibrocimento sem forro, com um pequeno alpendre na entrada, também coberto de telha cerâmica e uma garagem construída em material metálico. - AVALIAÇÃO: Laudo de Avaliação de f.252. Valor da avaliação

para 20 de fevereiro de 2020 - Valor atribuído ao(s) bem(ns): - R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). - DEPOSITÁRIO: - Júlio Roberto de Moura. - ENDEREÇO PARA VISITAÇÃO: Rua 1º de Maio, nº 181, na cidade e comarca de Santa Fé do Sul, Estado

de São Paulo. - ÔNUS: R.12/9.623 - Santa Fé do Sul, 19 de novembro de 2008. - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Credora: Caixa Econômica Federal-CEF. - ALIENANTES: Júlio Roberto de Moura e Silvana Aparecida Bastos de Moura. - AV13/9.823 - CANCELAMENTO DE REGISTRO. - Cancelamento da Alienação Fiduciária constata do Registro 12/9.823 retro. - R.14/9.823

Foram encontrado(s) 1 registros

Página 1 de 5

Gerado em: quinta-feira, 7 de outubro de 2021 08:59

quinta-feira, 7 de outubro de 2021

-
Prenotação nº 121.361, de 04/10/2019. - PENHORA: - TÍTULO: Termo de Penhora, expedido em 27/09/2019, nos autos nº 0801702-70.2017.8.12.0024, da Ação de Procedimento do Juizado Especial Cível-Cobrança de Aluguéis, em trâmite no Juízo do

Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado-MS. - CREDOR:- Loury Rezende Elias de Souza. - DEVEDOR:

- Silvana Aparecida Bastos de Moura e Júlio Roberto de Moura. - VALOR DA AÇÃO: - R\$25.515,50 - (vinte e cinco mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta centavos). - GARANTIA: - O imóvel objeto desta matrícula. - VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO: Memoria de Cálculo de f. 298. - Atualização para setembro de 2020 - Valor: R\$ 36.694,51 (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos) - DÉBITOS FISCAIS: F. 286 - Certidão Positiva de Débitos de Tributos Imobiliários nº 7642-9102-1717, expedida em 28/05/2020, pela Secretaria Municipal de Finanças (Divisão de Tributação), da Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul-SP. Não informa o valor do Débito. - AÇÕES CÍVEIS: - F.289: Certidão

Estadual Cível nº 4907199, expedida em 13 de agosto de 2020, pelo Cartório do Distribuidor da comarca de Aparecida do Taboado-MS, em nome de CLARICE BASTOS, brasileira, casada, prendas do lar, residente na Avenida Primeiro de Maio, 181, São Francisco, CEP: 15775-000. - APARECIDA DO TABOADO: - Juizado Especial Adjunto. Processo:0801702-70.2017.8.12.0024

(Julgado) (4000323-29.2019.8.12.9000). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo. Data:

24/11/2017. Reqte: Loury Rezende Elias de Souza. - F. 290: Certidão Estadual Cível nº 4907205, expedida em 13 de agosto de

2020, pelo Cartório do Distribuidor da comarca de Aparecida do Taboado-MS, em nome de JÚLIO ROBERTO DE MOURA, brasileiro, casado, líder operador de colheitadeira, portador do RG: 30.800.041-9SSP/SP, residente na Rua: Cumbica, 2239, Jardim Aeroporto, CEP: 79570-000, Aparecida do Taboado - MS. - APARECIDA DO TABOADO: - Juizado Especial Adjunto. Processo: 0801702-70.2017.8.12.0024 (Julgado) (4000323-29.2019.8.12.9000). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo. Data: 24/11/2017. Reqte: Loury Rezende Elias de Souza. - F. 291: Certidão Estadual Cível

nº 4907223, expedida em 13 de agosto de 2020, pelo Cartório do Distribuidor da comarca de Aparecida do Taboado-MS, em nome de LUIZ MARQUES DE SOUZA, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG: 10.815.958SSP/SP, CPF: 928.117.528-

20, residente na Rua: Primeiro de Maio, nº 181, São Francisco, CEP: 15775-000, Santa Fe do Sul - SP. - APARECIDA DO TABOADO: - Juizado Especial Adjunto. Processo: 0801702-70.2017.8.12.0024 (Julgado) (4000323-29.2019.8.12.9000). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo. Data: 24/11/2017. Reqte: Loury Rezende Elias de Souza. - F. 292: Certidão Estadual Cível nº 4907203, expedida em 13 de agosto de 2020, pelo Cartório do Distribuidor da comarca de Aparecida do Taboado-MS, em nome de SILVANA APARECIDA BASTOS, brasileira, casada, prendas do lar, portador

do RG: 30.017.486-XSSP/SP, residente na Rua: Cumbica, 2.239, Jardim Aeroporto, CEP: 79570-000, Aparecida do Taboado - MS. - APARECIDA DO TABOADO: - Juizado Especial Adjunto. Processo:0801702- 0.2017.8.12.0024 (Julgado) (4000323-29.2019.8.12.9000). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo. Data: 24/11/2017.

Reqte: Loury Rezende Elias de Souza. - F. 293: Certidão Estadual Cível nº 4907198, expedida em 13 de agosto de 2020, pelo Cartório

do Distribuidor da comarca de Aparecida do Taboado-MS, em nome de NAHYARA CLARA DE SOUZA, brasileira, solteira, comerciante, portador do RG: 43.957.328-2SSP/SP, CPF: 458.501.728-31, residente na Rua: Coxim, 1940, São Luís, CEP: 79570-000, Aparecida do Taboado - MS. - APARECIDA DO TABOADO: - 2ª Vara. Processo: 0800322-12.2017.8.12.0024 (Suspensão). Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Despejo para Uso Próprio. Data: 14/03/2017. Exeqte: Marlene Zan

Pagiro. Juizado Especial Adjunto. Processo: 0801702-70.2017.8.12.0024 (Julgado) (4000323-29.2019.8.12.9000). Ação: Cumprimento de sentença. Assunto: Cobrança de Aluguéis - Sem despejo. Data: 24/11/2017. Reqte: Loury Rezende Elias de Souza. - AÇÕES E RECURSOS PENDENTES: Não constam ações ou recursos pendentes de julgamento. - DA INTIMAÇÃO: Pelo presente edital ficam devidamente intimados a parte executada, fiel depositário, cônjuge, se for casado, sucessores, intervenientes, garantidores, fiadores, avalistas, herdeiros, os garantidos por hipoteca, credores de qualquer espécie, usufrutuários e demais interessados ausentes e desconhecidos ou arrolados no processo que não sejam parte na execução; porém, com garantia real ou penhora anteriormente averbada - Art. 889, do Código de Processo Civil. DO PAGAMENTO: Na hipótese de arrematação, o arrematante deverá pagar a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação diretamente ao leiloeiro, mediante transferência ou depósito bancários diretamente na conta corrente da empresa gestora

quinta-feira, 7 de outubro de 2021

CANAL DE LEILÕES LTDA (CNPJ: 12.997.335/0001-05), SICREDI, AG: 0913, C/C: 64.896-5. Em relação ao bem arrematado, o arrematante deverá depositar o valor da arrematação diretamente nos autos do processo acima referido, na SUBCONTA Nº 723366, através da guia de depósito própria, que deverá ser obtida no Site do Tribunal de Justiça do MS. DAS CONDIÇÕES DE VENDA: 1 -Os bens serão alienados no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus de o interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica (Art. 18 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); 1.1 -O pregão está regido pelas disposições do Art.886 e seus incisos, do Código de Processo Civil; 2 -O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supra indicados; 3 -Não havendo lance superior à importância da avaliação no primeiro leilão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo ato, que se estenderá até o fechamento do lote em dia e hora previsto neste edital (art. 25 do Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS); 4 -Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, sendo considerados lances vis (art. 891, CPC e art. 25 parágrafo único, Prov. nº 375/2016 - CSM/TJMS), na hipótese de outro valor não ter sido determinado pelo Juízo; 5 -Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 5.1- Durante o curso do leilão e antes do encerramento, pela preservação da transparência do certame caso ocorra; intercorrência, mudança, suspensão ou variação que no sistema eletrônico online, disponibilizado em rede mundial de computadores, que influencie na dinâmica regular do processo licitatório em andamento, poderá o leiloeiro interromper, restabelecer com prorrogação de tempo, cientificando o Juízo do ocorrido e fazendo constar da ATA DE LEILÃO; 6 -Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do leiloeiro Judicial [www. canaldeleiloes.com](http://www.canaldeleiloes.com) e imediatamente divulgados on-line a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas, não sendo admitido sistema no qual os lances sejam realizados por qualquer forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances (art. 27 "caput" e parágrafo único do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 7- A aquisição do(s) bem(ns) penhorado(s) se dará mediante pagamento À VISTA, sendo certo que o arrematante deverá efetivar o depósito do valor de seu lance diretamente nos autos do processo acima indicado, no prazo de 24:00 horas. Entretanto o interessado em adquirir o(s) bem(ns) penhorado(s) em prestações, poderá apresentar, por escrito, ao Juízo do Processo, proposta de pagamento do lance em prestações, antes da data do primeiro pregão, sendo que, neste caso, o valor do lance não poderá ser inferior ao valor da avaliação ou até o início do segundo pregão desde que o valor do lance não seja considerado preço vil ,ou seja, menos de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, caso outro preço não tenha sido estipulado pelo Juiz(art. 891, CPC), de conformidade com as disposições contidas nos §§ 1º e 2º do art. 895, do novel Código de Processo Civil; 7.1 -O leiloeiro se obriga dar conhecimento durante o certame das demais condições de que trata o pagamento dos bens apreçados; 8 -A comissão devida ao leiloeiro, pelo arrematante, será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; 8.1- Se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda do bem, poderá ser deduzida do produto da arrematação (Art. 10, § 4o do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 8.2 - Se houver desistência ou arrependimento do arrematante do bem arrematado, a comissão será devida da mesma forma; 8.3 - Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública (Art. 10, § 1º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 8.4 - Na concessão de isenção após a publicação do edital, a comissão será paga pela parte executada; se a concessão de isenção for anterior à publicação do edital de leilão, a comissão ficará a cargo do exequente, se este não efetivou a comunicação devida, anteriormente a publicação do edital. 8.5 - No caso de suspensão da alienação judicial eletrônica, em

quinta-feira, 7 de outubro de 2021

virtude de pagamento do débito à vista ou parcelado ou remição após a inclusão do bem em hasta, será devida pelo executado ao leiloeiro a comissão a ser determinado pelo Magistrado; 9 - Homologado o lance vencedor, o leiloeiro emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo da execução (art. 28 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 10 - O pagamento deverá ser realizado pelo arrematante em até 48 (quarenta e oito) horas, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa; 11- Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juízo, na forma do art. 895, §§ 4o e 5o, art. 896, § 2o, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 31 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 12 - O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul - PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2o, art. 23 da LEF e art. 32 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS); 13 - A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto de arrematação pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (art. 30 do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS). DA TRADIÇÃO DOS BENS: 14 - Desfeita a arrematação pelo Juiz por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos e relativos ao preço do imóvel arrematado e a comissão do Leiloeiro Judicial; 15 - Correrão por conta do arrematante as despesas e demais encargos relativos à remoção dos bens arrematados; 16 - Que os créditos tributários relativos aos impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem como os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuição de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente. (CTN - Art.130 § único). 17 - A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, § 7º do CPC. 18 - Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento do Canal de Leilões: 0800 605 2750 - 67 3044-2750. 18 - O presente edital, assim como as condições de venda estarão disponíveis na íntegra através do site www.canaldeleiloes.com. Também é possível encaminhar e-mails com dúvidas à central, através da seção "Dúvidas", ou diretamente pelo e-mail: contato@canaldeleiloes.com. As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, o Provimento CSM nº 375/16, do TJMS, e os artigos 335 e 358, do CP; DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS: 19 -A Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados; 19.I - antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos; 19.II - findo o leilão: a) se não houver licitante, pelo preço da avaliação; b) havendo licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias. Parágrafo Único - Se o preço da avaliação ou o valor da melhor oferta for superior ao dos créditos da Fazenda Pública, a adjudicação somente será deferida pelo Juiz se a diferença for depositada, pela exequente, à ordem do Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias. (Art. 24, LEF). 20 - As demais condições obedecerão ao que dispõe o CPC, Provimento nº 375/2016 CSM/TJMS e os artigos 335 e 358, do CP; 20 - O leiloeiro público, o Tribunal de Justiça do Estado e o Estado de Mato Grosso do Sul não se enquadram na condição de corretores, intermediários; sendo o primeiro mero mandatário. Assim sendo, ficam eximidos de eventuais responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir em relação ao bem leiloadado, nos termos do - Art.º 448 do Código Civil Brasileiro. ENCERRAMENTO: E

quinta-feira, 7 de outubro de 2021

para
que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância ou eventual nulidade, determinou a expedição
deste
edital que será publicado e afixado na forma da lei. Eu, Leonardo de Souza Benitez, Chefe de Cartório, conferi-o e o
subscrevi.
Aparecida do Taboado (MS), 30 de setembro de 2021.
André Ricardo
Juiz de Direito
(assinado por certificação digital)

.....